

Lei Ordinária 1280/2010



DEFINE OBRIGAÇÃO DE PEQUENO VALOR ATENDENDO AO DISPOSTO NO § 3º E § 4º DO ART. 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM REDAÇÃO DADA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, Aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam definidas como obrigação de pequeno valor as fixadas nesta lei para o pagamento direto, sem precatório, pela Fazenda Pública Municipal.

§ 1º A obrigação de pequeno valor corresponderá ao maior benefício de regime geral de previdência social.

§ 2º Os valores serão corrigidos em 01 de Janeiro de cada ano, pelo índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC).

§ 3º É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida nesta Lei e, em parte, mediante expedição de precatório.

§ 4º É vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago na forma prevista nesta lei.

Art. 2º Os débitos de pequeno valor contra a Fazenda Pública Municipal, suas autarquias e fundações, resultantes de execuções definitivas dispensarão a expedição de precatório.

Art. 3º O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do ofício requisitório (requisição de pequeno valor) devendo ser demonstrado o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.

Art. 4º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecimento no artigo 1º o pagamento será sempre por meio de precatório, sendo facultado ao credor renunciado expressamente ao crédito excedente e optar pelo pagamento do saldo, sem precatório, mediante requisição de

pequeno valor, na forma prevista no § 3º, do artigo 100 da Constituição Federal.

Art. 5º Para o cumprimento do disposto na presente lei fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos formas prevista no § 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

(Texto Incompleto)

(Informativo Portal LeisMunicipais: O texto após o artigo 6º desta presente lei está cortado, conforme o texto original, disponível no final da página).

Download do documento